



Impactos e repercussões da Lei n.º 14.443/22 no planejamento familiar sob a ótica da enfermagem

Impacts and repercussions of Law No. 14,443/22 on family planning from a nursing perspective

Impactos y repercusiones de la Ley nº 14.443/22 sobre planificación familiar desde la perspectiva de enfermería

Meg Belo Miranda^{1*}

Thamires Vaz Costa¹

Wanderson Alves Ribeiro¹

Keila do Carmo Neves¹

¹Universidade Iguaçu. Rio de Janeiro, Brasil.

*Autor correspondente: 190061921@aluno.unig.edu.br

Resumo

Objetivou-se considerar os efeitos e consequências da nova lei de planejamento familiar na perspectiva da enfermagem. A metodologia utilizada, trata-se de uma revisão integrativa. Nesse trabalho, são abordados pontos positivos da liberação da nova lei, devido a diminuição da natalidade brasileira, não planejada. Neste caso, problemas como a taxa de mortalidade materno infantil, abandono infantil e aborto serão diminuídos, ofertando mais segurança em saúde para a população. No entanto, pontos negativos também apareceram frente a esta mudança, como o descuido do uso de preservativo, aumentando assim, as chances da disseminação de infecções sexualmente transmissíveis, os índices de cirurgias em indivíduos novos e consequentemente o envelhecimento da população. Com tudo, pode-se concluir que esse trabalho enfatiza que a enfermagem desempenha um papel essencial em orientar e informar a população sobre o planejamento familiar e os cuidados que devem ser tomados a partir da decisão de realizar a cirurgia.

Descritores: Saúde Pública; Atenção Primária à Saúde; Vasectomia; Esterilização Tubária; Planejamento Familiar.



Abstract

This study aimed to consider the effects and consequences of the new family planning law from a nursing perspective. The methodology used was an integrative review. This study addresses the positive aspects of the new law due to the decline in Brazil's unplanned birth rate. In this case, problems such as maternal and infant mortality, child abandonment, and abortion will be reduced, providing greater health security for the population. However, negative aspects also emerged, such as careless condom use, which increases the risk of sexually transmitted infections, surgery rates in young individuals, and, consequently, population aging. Overall, it can be concluded that this study emphasizes that nursing plays an essential role in guiding and informing the population about family planning and the precautions that should be taken after the decision to undergo surgery.

Descriptors: Public Health; Primary Health Care; Vasectomy; Tubal Sterilization; Family Planning.

Resumén

El objetivo de este estudio fue considerar los efectos y las consecuencias de la nueva ley de planificación familiar desde la perspectiva de enfermería. La metodología empleada fue una revisión integrativa. Este estudio aborda los aspectos positivos de la nueva ley, debido a la disminución de la tasa de natalidad no planificada en Brasil. En este caso, se reducirán problemas como la mortalidad materna e infantil, el abandono infantil y el aborto, brindando mayor seguridad sanitaria a la población. Sin embargo, también surgieron aspectos negativos, como el uso descuidado del preservativo, que aumenta el riesgo de infecciones de transmisión sexual, las tasas de cirugía en personas jóvenes y, en consecuencia, el envejecimiento poblacional. En general, se puede concluir que este estudio enfatiza que la enfermería desempeña un papel esencial en la orientación e información de la población sobre la planificación familiar y las precauciones que se deben tomar tras la decisión de someterse a una cirugía.

Descritores: Salud Pública; Atención Primaria de la Salud; Vasectomía; Esterilización Tubárica; Planificación Familiar.

Introdução

De acordo com o Artigo 21 da Organização das Nações Unidas (ONU), afirma que todos os indivíduos têm direito ao mesmo acesso dos serviços públicos no seu país, independentemente dos seus antecedentes ou circunstâncias. Em seguida, a Constituição de 1988, Artigo 196, assegura a saúde como direito humano fundamental, reconhecido por lei. Sugerindo assim, a promoção de saúde, a proteção contra riscos e agravos e a recuperação do indivíduo¹.

Existem hoje, diversos meios para se adquirir informações, essas devem ser utilizadas com o intuito de transformar o entendimento em autonomia para sociedade. No entanto, grande parte da população brasileira negligência o conhecimento oferecido pela saúde, e outra parte na qual pessoas menos favorecidas não recebem essa informação, causando por exemplo uma gravidez inesperada. Nesse contexto, a autonomia do indivíduo dentro da saúde pública traz consigo uma responsabilidade da possível construção de uma família.

O planejamento familiar (PF) é considerado como um conjunto de ações de regulação da fecundidade que assegura a igualdade de direitos de constituição, limitação ou aumento dos descendentes por parte da mulher, do homem ou do casal. Na sequência, o supremo tribunal declara que é um direito de todo cidadão estruturar um PF. Nesse sentido, o sistema único de saúde (SUS) garante no programa de atenção integral a saúde, como atividades básicas, assistência à concepção e contracepção. A Lei Federativa n.º 9.263/96, no Artigo 10, discorre sobre a permissão da esterilização em situações de capacidade civil plena, maiores de 25 anos de idade, ou com pelo menos dois filhos vivos. Além disso, no parágrafo 5º, a mesma expõe que na sociedade conjugal, ambos os cônjuges precisam estar em consentimento. Na contemporaneidade, houve uma releitura desse regulamento, ocasionando assim novas problemáticas em meio a sociedade².

O método de esterilização não é o único existente no mercado para contracepção, atualmente há a liberdade de escolha dentro da realidade e das condições de vida de cada um. Desse modo, é de extrema importância a necessidade das mulheres e homens conhecerem e terem acessos a todos os métodos contraceptivos aprovados cientificamente. Em contrapartida, alguns métodos têm um baixo índice de divulgação e por isso devem ser mais evidenciados. Sucede os métodos, reversíveis naturais: tabelinha, muco cervical ou *billings*, temperatura basal e coito interrompido. Métodos reversíveis não naturais: preservativo masculino e feminino, diafragma, capuz cervical, anticoncepcional injetável, espermicida vaginal, esponja vaginal, implante hormonal, anel vaginal, adesivos, contracepção de emergência, dispositivo intrauterino (DIU). Métodos irreversíveis: vasectomia e laqueadura tubária³.

A nova Lei n.º 14.443/22 inclui uma disposição que dispensa a exigência de autorização conjugal para procedimentos de laqueadura feminina, este requisito foi criticado como uma violação dos direitos reprodutivos das mulheres. Essa mudança é significativa, pois reconhece e afirma a autonomia e o direito dessas, tomarem decisões sobre seu próprio corpo e saúde reprodutiva. Entretanto, não se pode deixar de lado a falta de conhecimento que alguns indivíduos possuem, ocasionando assim um alto risco de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) em ambos os sexos⁴.

A laqueadura tubária é o método cirúrgico mais utilizado para esterilização em mulheres, é em tese um procedimento irreversível e uma opção apresentada em políticas de planejamento familiar. Portanto, é uma decisão que deve ser bem analisada, uma vez que, de acordo com as leis atuais é um procedimento de livre arbítrio que incluem mulheres de 21 anos. No entanto, a laqueadura possui uma diminuição relativa devido à inserção de novos métodos contraceptivos masculinos no mercado⁵.

A vasectomia é uma cirurgia que assegura a esterilização do homem de forma reversível ou não. É considerado um método simples, pois não necessita de internação e nela utiliza-se a anestesia local. Esse procedimento consiste em interromper o fluxo nos dois canais deferentes, evitando a passagem dos espermatozoides. É recomendado o uso do preservativo durante as relações sexuais até a confirmação da esterilidade no exame de espermograma⁵.

As práticas de educação e saúde que são prestadas no atendimento básico, tem como principais condutores dessas informações os enfermeiros e técnicos em enfermagem. Desse modo, é importante organizar um planejamento de introdução a saúde de forma a nortear e educar a população, juntamente com a capacitação desses profissionais, através da abordagem de problemas, objetivando o desenvolvimento do juízo moral e a construção de autonomia. Construindo assim, um local seguro para passagem de informação correta e conscientização dos indivíduos em situação de risco⁶.

Diante do exposto, o artigo tem como objetivo considerar os efeitos e consequências da nova lei de planejamento familiar na perspectiva da enfermagem. Dessa forma, ensinando a população sobre os riscos que estão correndo com essa mudança. Esses, serão dissertados ao longo do trabalho, discorrendo sobre transmissão de infecções sexuais, doenças, diagnóstico precoce, entre várias outras temáticas.

Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa, metodologia cuja proposta combina “dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular”⁷.

Cabe mencionar que, a construção da revisão integrativa da literatura se dá por etapas, cuja primeira etapa se refere à definição do tema a ser abordado e, por conseguinte, na elaboração da questão norteadora para a condução das pesquisas. Assim, é capaz de identificar lacunas de conhecimento, levantar o conhecimento já produzido e indicar prioridades para futuros estudos, ou seja, é uma “metodologia que proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática”⁷.

Foi então realizada a busca através das bases: MedLine via PubMed, Centro Latino-Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (BIREME), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *Google Scholar*.

Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos foram: estudos científicos na íntegra, em língua portuguesa, inglesa e espanhola, publicados até dezembro de 2022, de acesso livre e gratuito. Como critérios de

exclusão foram desconsideradas publicações anteriores a 2018, produções não relacionadas à temática, artigos repetidos ou apenas com resumo, dissertações e teses.

A avaliação dos estudos quanto ao nível de evidência (NE) seguiu a proposta de Melnyk e Fineout-Overholt⁸, como apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Classificação dos níveis de evidências. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2023

Nível	Tipo de estudo
I	Evidências relacionadas à revisão sistemática ou metanálise de ensaios clínicos randomizados controlados ou provenientes de diretrizes clínicas baseadas em revisões sistemáticas de ensaios clínicos randomizados controlados
II	Evidências oriundas de no mínimo um ensaio clínico randomizado controlado bem delineado.
III	Evidências de ensaios clínicos bem delineados sem randomização.
IV	Evidências advindas de estudos de coorte e de caso-controle bem delineados.
V	Evidências provenientes de revisão sistemática de estudos descritivos e qualitativos.
VI	Evidências derivadas de um único estudo descritivo ou qualitativo.
VII	Evidências derivadas de opinião de autoridades e/ou relatório de comitês de especialistas.

Fonte: Adaptado de Melnyk e Fineout-Overholt⁹.

A partir dos critérios de inclusão e exclusão foram realizadas buscas de evidências nas seguintes bases de dados eletrônicas supracitadas, por meio da estratégia PICOT, que representa um acrônimo para Paciente/problema, Intervenção, Comparação, “Outcomes” (desfecho) e Tempo. Os vocabulários de descritores controlados foram os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), utilizados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), inseridos na base de dados, com a utilização da estratégia PICOT, conforme apresentado no Quadro 2. Diante do exposto, no presente estudo formulou-se a seguinte questão para guiar as buscas dos estudos: “Quais os impactos e repercussões da nova Lei n.º 14.443/22 no planejamento familiar?”.

Quadro 2. Busca de evidências nas bases de dados por meio da estratégia PICOT. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2023

Acrônimo	Definição	Descritores em Ciências da Saúde (DeCS)
P	Paciente ou população	“Atenção Primária”
I	Intervenção	“Planejamento Familiar”
C	Controle ou comparação	Não se aplica
O	Desfecho clínico (<i>outcomes</i>)	“Vasectomia” e “Esterilização Tubária”
T	Tempo ou período observado	“Saúde Pública”

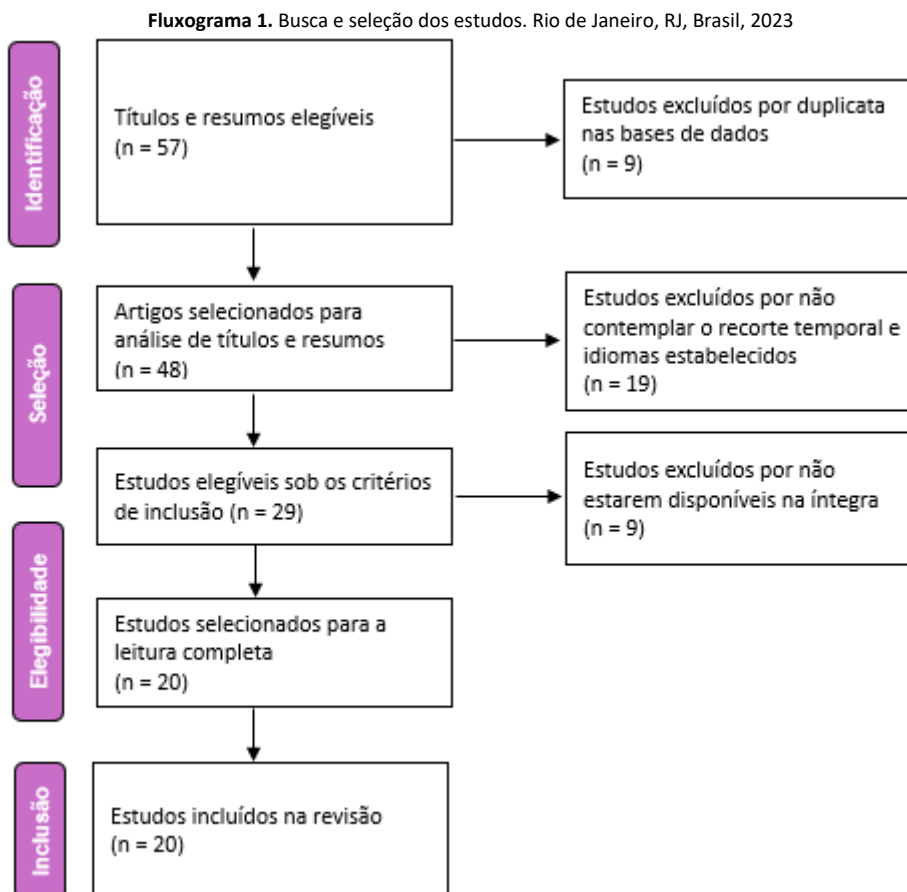
Figura 1. Discriminação das etapas da estratégia PICOT. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2023



Todos os títulos e resumos de trabalhos identificados nas bases, com o uso dos descritores e avaliados como elegíveis foram separados e analisados na íntegra. O detalhamento da seleção dos estudos para a revisão integrativa encontra-se representado no Fluxograma 1, elaborado de acordo as orientações do checklist PRISMA⁹.

Observa-se que nas bases de dados foram encontrados 48 resumos com o uso dos descritores eleitos. Destes, nove eram repetidos e, portanto, de acordo com os critérios de seleção, foram excluídos. Quando aplicados

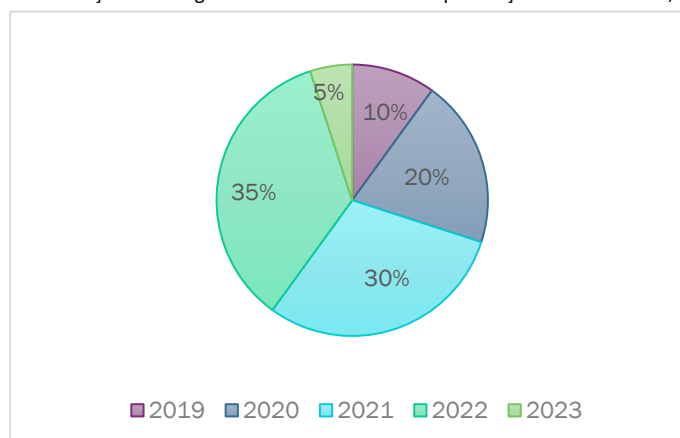
os critérios de exclusão em relação à data de publicação anterior ao ano de 2018, dos 39 resumos restantes, 19 foram excluídos, sendo finalmente selecionados 20 artigos para a revisão da integrativa.



Resultados

Selecionou-se 20 artigos sobre os impactos e repercussões da nova Lei n.º 14.443/22 no planejamento familiar. Apresentado no Quadro 3 dados desses estudos de forma resumida em sequência: Título, Objetivo, Período e Principais Considerações.

Gráfico 1. Distribuição dos artigos de acordo com o ano de publicação. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2023



De acordo com os 20 estudos selecionados, cabe mencionar que, dois artigos foram publicados em 2019, correspondendo a 10% dos achados. Nos anos de 2022 e 2021, foram selecionados sete artigos em cada ano, correspondendo a 65% dos estudos selecionados. No ano de 2020, foram selecionados quatro estudos em cada ano. No ano de 2023, foi selecionado um estudo, correspondendo a 5% dos achados.

Quadro 3. Estudos selecionados para esta revisão. Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2023

Título	Objetivo	Periódico	Principais Considerações
Educação em saúde e direitos sexuais e reprodutivos na adolescência	Promover a saúde integral do adolescente favorecendo o processo geral de seu crescimento e desenvolvimento.	Uniedusul Editora	O direito reprodutivo está fortemente imbricado com a construção de uma sociedade democrática em que as desigualdades sejam superadas, os preconceitos vencidos e o outro, o diferente, plenamente acolhido.
Atuação da equipe de enfermagem frente a prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama: uma revisão integrativa	Identificar a atuação do enfermeiro e sua equipe frente a prevenção do diagnóstico precoce.	Brazilian journal of development	Identificar a importância da equipe de enfermagem, principalmente do profissional enfermeiro da APS nas ações para o diagnóstico, através da educação continuada, aproveitando das tecnologias e inovações, facilitando esse processo de prevenção.
Mortalidade por aborto no Brasil: Perfil e evolução de 2000 a 2020	Identificar as desigualdades sociais e espaciais das mortes por aborto no Brasil, e simultaneamente, avaliar a evolução desses dados ao longo dos últimos anos.	Research Society and Development	O presente estudo alcançou o objetivo que foi identificar as desigualdades sociais e espaciais das mortes por aborto no Brasil e avaliar a evolução desses dados ao longo dos últimos anos.
O Abortamento Ilegal e Sua Relação com o Abandono Infantil no Brasil: Discutindo à Luz da Obra de Gabriel O Pensador	Discutir a relação do abortamento ilegal com o abandono infantil no Brasil.	Id on line Revista de Psicologia	As estatísticas e teses apresentadas no decorrer desta discussão demonstram que a história narrada na música representa o cotidiano nacional e ainda é, assim como a criança sem nome da composição, ignorada pela sociedade.
A relação entre HPV e Câncer de Colo de Útero: um panorama a partir da produção bibliográfica da área	Discutir a relação entre o vírus HPV e o câncer de colo de útero	Revista Saúde em Foco	Dentre os métodos de prevenção de transmissão do vírus HPV destaca-se a vacina e como método de diagnóstico precoce da doença, focaliza-se o evento preventivo ginecológico.
Aprimoramento do aconselhamento pré e pós teste HIV/ sífilis/ hepatite B e C na atenção básica de saúde de Betim	Elaborar proposta de projeto pedagógico para implementação e fortalecimento do aconselhamento pré e pós teste de HIV/Sífilis/Hepatite B e C.	Escola de Saúde Pública de Minas Gerais Especialização em Saúde Pública	Faz-se necessário a implementação do projeto de matricialmente na atenção básica para garantir a descentralização das ações de aconselhamento e testagem com qualidade.
O uso de preservativos na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis	Evidenciar a importância da utilização de preservativos para a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, evidenciando o essencial papel do enfermeiro na educação em saúde para a redução dos casos.	Anais do Congresso Nacional Universidade	Conscientizar a população, fornecendo informações com linguagem acessível e sanar dúvidas sobre a forma de transmissão, os sinais e sintomas das ISTs, como HIV e sífilis.
A negligência no uso de preservativo e a exposição ao risco de infecções sexualmente transmissíveis no ensino superior: um paradoxo entre informações e práticas	Identificar o risco à exposição de ISTs relacionado ao uso de preservativo em estudantes universitários.	Brazilian Journal of Development	Elaboração de ações e programas que focalizem não apenas a distribuição de preservativos, mas possibilitem a reflexão para tomada de atitudes como o autocuidado, a prevenção de doenças e a promoção da saúde sexual e reprodutiva.



Doenças sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos: a importância do ensino focado na atual perspectiva dos alunos do ensino público	Comprovar como os alunos do Ensino Médio experienciam algumas das principais ISTs e as formas de contágio, identificando os principais métodos contraceptivos com o intuito de avaliar o conhecimento e o comportamento sexual enquanto adolescente.	Brazilian Journal of Development	Possibilitou compreender como os adolescentes interagem a respeito das infecções sexualmente transmissíveis.
Estratégias de prevenção a IST realizadas por enfermeiros na atenção primária a saúde: uma revisão integrativa	Contribuir e dar subsídios ao enfermeiro na assistência diferenciada ao enfrentamento as ISTs, bem como abordar estratégias de prevenção e promoção a saúde desse público presente na literatura científica.	Brazilian Journal of Health Review	ISTs ainda são dotadas de elevado número de incidência, sendo necessário intervir neste processo, abordando estratégias e abordagens de promoção e prevenção.
Os determinantes sociais da saúde e o comportamento de escolha das mulheres por métodos contraceptivos: revisão integrativa	Buscar na literatura científica os determinantes sociais da saúde que exercem influência na escolha das mulheres por métodos contraceptivos, e refletir sobre as implicações para a enfermagem no contexto do planejamento familiar.	Universidade Federal Fluminense	A humanização do cuidado, segundo as análises, pôde ser destacada como essencial durante a atuação da enfermagem, e a reflexão sobre a própria prática é importante para a melhora da qualidade da assistência.
Mudanças legais no processo de esterilização feminina: os novos dilemas éticos envolvendo a laqueadura	Apresentar as mudanças das leis relacionadas a saúde reprodutiva feminina e conscientizar as mulheres de seus direitos.	Revista Bioética CREMEGO	Persiste a preocupação a respeito de como oferecer liberdade reprodutiva, validando os direitos femininos, sem gerar danos futuros e ser, de fato, acessível.
A (in) constitucionalidade do Art. 10 da Lei n.º 9.263/96 à luz do direito de escolha da mulher	Examinar os preceitos da Lei de Planejamento Familiar, contidos na Lei n.º 12.263/96, a qual versa sobre a esterilização voluntária no Brasil, com fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.	Academia de Direito	Tratando-se de planejamento familiar, houve uma grande evolução visto, a mulher não é mais atrelada e presa no papel de mãe, deixando claro neste viés, que isso não demonstra que essa não possa exercer o papel da maternidade, mas sim, não estaria mais necessariamente presa em fazer apenas isso, não se tem mais a ideia de isso como um dever.
A saúde e a iniciativa privada na Constituição Federal de 1988: princípios jurídicos	Responder à pergunta: a Constituição Federal de 1988 aponta os princípios constitucionais que devem nortear a atividade privada na área de saúde no país ou há uma lacuna sobre o tema?	Revista de Direito Sanitário	A regulação do Estado sobre a iniciativa privada.
Planejamento Reprodutivo: perfil de adesão aos métodos contraceptivos	Identificar o perfil de escolha e adesão aos métodos contraceptivos específicos oferecidos no Centro de Referência Integrada a Saúde da Mulher no município de Marabá.	Brazilian Journal of Health Review	A política de planejamento familiar que instituiu os métodos contraceptivos no âmbito do SUS, contudo os índices revelam que os métodos contraceptivos com maior representatividade de escolha social ainda são os cirúrgicos, falta de educação em saúde e problemas com a cobertura e captação de adesão do público masculino.
O direito ao próprio corpo no procedimento de laqueadura como expressão do livre desenvolvimento da personalidade e autonomia privada	Essa dissertação tem como problema central o artigo 10º da Lei n.º 9.263/96, que estabelece as premissas legais para a realização dos procedimentos de	Universidade Federal de Uberlândia	As modificações trazidas pela Lei n.º 14.443/2022 trouxeram grandes avanços, especialmente aos direitos reprodutivos das mulheres, já que eliminou a necessidade de autorização conjugal para realização do procedimento, autorizando a realização do procedimento logo após o parto.

	esterilização voluntário. Esse dispositivo sofreu mudanças significativas com o advento da Lei n.º 14.443/2022, que flexibilizou esses requisitos.		
Legalização do aborto no Brasil: pleno exercício dos direitos humanos da mulher - impacto no desenvolvimento regional	Discutir sobre a garantia dos direitos das mulheres para o estabelecimento das condições necessárias para sua plena cidadania.	Brazilian Journal of Development	O aborto inseguro é uma questão de saúde pública e demonstra que deve ser priorizado por governantes, legisladores e sociedade civil.
Planejamento familiar e o impacto da laqueadura na taxa de natalidade no Brasil: uma revisão sistemática	Fazer uma análise sistemática da relação entre as taxas de natalidade e o desenvolvimento de intervenções como a laqueadura.	Brazilian Journal of Development	Há uma relação muito íntima entre os métodos de contracepção e a queda de natalidade média brasileira.
Bonde universitário: ações de prevenção das infecções sexualmente transmissíveis: um relato de experiência	Relatar a experiência de graduandas de enfermagem em ações extensionistas de prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis.	Revista Eletrônica Acervo Saúde	Falar sobre IST ainda é um tabu na sociedade. Atividades extensionistas, são fundamentais para o fortalecimento do vínculo entre academia e comunidade.
Argumentos sobre a descriminalização do aborto no Brasil sob a ótica da análise de consequências	Apresentar argumentos muitas vezes opostos entre os expositores representantes de grupos identificados a favor, contra ou neutros à descriminalização do aborto, explicitando o caráter controverso da problemática.	Perspectivas em Análise do Comportamento	A manutenção da criminalização do aborto é ineficaz na redução das taxas de aborto, além de produzir efeitos colaterais danosos, em especial para as mulheres; a descriminalização do aborto tem potencial para proteger e promover a vida, a saúde, os direitos e a liberdade das mulheres e outras minorias.

Discussão

Categoria 1: Impactos da lei para a saúde da população

Com enfoque da Lei n.º 14.443/22, e contextualizando a forma com que a população e o sistema de saúde agem frente ao planejamento familiar (PF), pode-se formular os impactos dessa mudança na realidade dos brasileiros. Assim, é de extrema importância ressaltar que teremos pontos positivos e negativos englobando esse assunto. Tendo como finalidade, compreender melhor esses pontos e conscientizar os indivíduos¹⁰.

Por muitos anos a prática da esterilização no Brasil foi realizada de forma clandestina, porém a partir do ano de 1996 o ministério da saúde legalizou a realização de esterilização cirúrgica, tanto feminina quanto masculina, no Sistema Único de Saúde (SUS). Assim, abrindo portas para a segurança do procedimento, que era controlado através de idade mínima de 25 anos, dois filhos vivos e consentimento do cônjuge. Entretanto, mais recentemente esta lei foi renovada e aprovada, resultando na permissão de mulheres e homens de 21 anos ou com até dois filhos vivos e sem haver a autorização do parceiro. Decorrente a aprovação, há uma expectativa de aumento no número de cirurgias precoce, devido à alta procura por indivíduos mais novos e pela redução de requisitos apresentados. Isso fez com que a mulher garantisse o direito maior de autonomia e posse das decisões à maternidade. Em contrapartida, essa é uma medida drástica para os jovens, uma vez que, em tese, é uma cirurgia irreversível¹¹.

Com esse aumento considerável podemos observar algumas alterações alarmantes no número populacional no Brasil. A taxa de natalidade por exemplo, está intrinsicamente ligada ao número de laqueaduras realizadas ao longo dos anos. Assim, de acordo com o gráfico a seguir, essa taxa terá uma redução significativa¹².

Com o declínio nos casos de gravidez, também teremos uma diminuição na taxa de mortalidade materno infantil devido aos riscos oferecidos por um parto. Tais ameaças podem se dar por motivos de faixa etária, local, incidência em que o indivíduo se encontra ou infecções sexualmente transmissíveis. Dessa forma, deve-se atentar a negligência muita das vezes cometida pela atenção básica de saúde, para que se possa evitar a possibilidade dessa família de cometer um aborto clandestino¹².

Entre os anos 2000 e 2020, as práticas do aborto são frequentemente utilizadas, principalmente por mulheres de 20 a 29 anos, pardas e com baixo nível de escolaridade. Nesses casos, há complicações como perfuração do útero, retenção de restos de placenta, seguida de infecção e peritonite, contribuindo assim, com o aumento das taxas de mortalidade brasileira. No entanto, com a divulgação da educação e planejamento familiar, projetos de conscientização e aplicabilidade da nova lei, essas mulheres, tem autonomia para reduzir esses casos e trazer declínio para os perigos e óbitos decorrentes desse processo^{13,14}.

Parte da população brasileira é negligenciada e não tem informações básicas de saúde e educação, e por conta disso, surgem fatores alarmantes como a prática ilegal do aborto, e o abandono infantil. Esse ocorre devido à, falta de planejamento familiar, estrutura, condições financeiras e até mesmo o medo de uma nova responsabilidade surgindo. Assim, muitas famílias com caso de gravidez inesperada, descartam a possibilidade do aborto, devido aos seus riscos, e optam pelo abandono da criança¹⁵.

Um estudo realizado em 2000, identifica que 75% dos casos, as mães não possuíam condições e nem apoio financeiro dos parceiros para manter a prole, e por conta disso decidiam abandonar. Desse modo, a apresentação da laqueadura e da vasectomia através do sistema único de saúde (SUS), é reforçado na atenção básica, podendo promover assim, mais segurança a essas famílias para um planejamento familiar adequado, para que haja a redução do abandono infantil e abortos clandestinos¹⁵.

Com todo esse medo de uma gravidez indesejada, a utilização de preservativos é um método rápido, prático e oferecido pelo SUS, que evita tal problemática. No entanto, a população se esquece de como o uso de preservativos pode evitar o contágio de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Logo, com a nova lei, os indivíduos perderam esse receio, é assim será esperado maior índice de descuido na utilização do preservativo, o que traz um novo desafio, a disseminação de ISTs no Brasil¹⁶.

A adolescência é uma fase da vida que necessita da atenção à saúde sexual, uma vez que, nela se inicia a maioria das relações e com essa nova experiência vem as dúvidas recorrentes. As principais infecções que acometem esses jovens são, HIV/Aids, sífilis, HPV – vírus papiloma humano, herpes, gonorreia, tricomoníase, clamídia, donovanose, linfogranuloma venéreo, cancro-mole e hepatites virais. Diante disso, se faz imprescindível a troca de informações como conhecer cada doença, sinais, sintomas e a importância do uso de preservativos, para cada uma delas¹⁷.

De acordo com o boletim epidemiológico do ministério da saúde, de 2018, houve um aumento de novos casos de Aids em indivíduos de 15 a 29 anos, seja por falta de conhecimento do indivíduo, seja por desmotivação para a utilização de métodos contraceptivos. Assim, com a baixa taxa de educação do uso de preservativo, tanto feminino quanto masculino, é de se esperar que a população que utilizava para se precaver de uma gravidez indesejada acabará por se descuidar desse método. Diante disso, esqueceram seu principal objetivo, prevenir contra infecções, aumentando assim os números de casos na população brasileira¹⁸.

O Papiloma vírus humano (HPV), de acordo com a organização mundial de saúde (OMS), é um vírus muito comum mundialmente e existem mais de cem tipos, sendo treze congênitos e dois (HPV- 15 e 16) que causam, em 70% dos casos, câncer e lesões no colo uterino. Dessa forma, com as estimativas e o rápido crescimento da população com infecções deste nível, o aumento de casos para mulheres com câncer no colo do útero será inevitável. A partir desse posicionamento, o rastreamento de lesões relacionadas ao HPV devem ser um condicionamento mais visado pela equipe de saúde, para que haja uma mobilização por parte das mulheres de todo Brasil¹⁹.

Categoria 2: Educação voltada para a população

Frente a todas as problemáticas recorrentes na atenção básica de saúde, pode-se afirmar que o profissional que sempre está diante da situação, unido com a população, é a equipe de enfermagem, sejam enfermeiros ou técnicos. Eles que sustentam o programa de educação, e saúde e são eles os responsáveis pelos cuidados prestados diretamente à população. Dessa maneira, a capacitação desses profissionais e ações dos mesmos vista ao atendimento público, é essencial nas unidades hospitalares¹⁷.

No atendimento da atenção básica, é importante que o enfermeiro seja capacitado para fornecer informações e prestar serviço à sociedade. As capacitações podem ser feitas através de treinamento e educação continua, comunicação e colaboração da equipe, práticas de assistência e dinamizar o assunto abordado para melhor

compreensão. Dessa forma, o agente de saúde, saberá exatamente como abordar situações distintas e cada tipo de público, trazendo segurança sobre o assunto discutido²⁰.

A equipe de enfermagem, juntamente com os agentes de saúde deve introduzir ações voltadas para a conscientização da população a respeito de ISTs, métodos contraceptivos e conceptivos, entre outros temas. Na sequência, podemos mencionar palestras e vídeos informativos, roda de conversa, orientações, criar intervenções preventivas e encorajar o diagnóstico precoce. A fim de esclarecer dúvidas, promover conforto em determinada temática e trazer segurança para indivíduos e famílias na atenção básica de saúde²¹.

Os enfermeiros têm uma responsabilidade significativa na preparação dos pacientes para o autocuidado e na promoção da saúde. No atendimento à atenção básica e também em hospitais, é possível através do uso da tecnologia e inovação facilitar o processo de prevenção, aliado aos métodos tradicionais como, panfletos, palestras e rodas de conversa, atingindo a plenitude de propagar informação concretas. Essas ações promovem educação aos pacientes sobre escolhas de estilo de vida saudável, prevenção de doenças, identificar riscos à saúde e desenvolver estratégias para prevenção. Além disso, essas intervenções, de certo modo simples, evitarão problemas maiores futuramente, como por exemplo, o câncer de colo de útero. Para que assim, através das realizações apresentadas, os pacientes recebam cuidados abrangentes e eficazes²².

Se faz importante ainda o rastreamento de indivíduos vulneráveis para que assim recebam orientação e apoio de profissionais enfermeiros. Essa parte da população é composta por mulheres, homens e adolescentes de baixa renda, moradores de periferia e comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Após serem localizadas, os mesmos serão conduzidos com informações verídicas sobre a gravidade e formas de prevenção ou tratamento de determinada doença ou gravidez indesejada^{23,24}.

Tendo em vista que os problemas de falta de conhecimento sobre assuntos de saúde em meio a população sejam sanados, será totalmente relevante tratar de outras temáticas. Ainda, fator de extrema importância citar em relação a saúde de pessoas vinculadas a atenção primária, é o encorajamento de diagnóstico precoce, visando evitar doenças futuras e que talvez pudessem ser incuráveis se descoberta de forma tardia. Portanto, essa medida de rastreamento se torna necessário ao público, de ao menos, 15 a 30 anos de idade, para que essa realidade seja cada vez mais tangível^{22,25}.

A enfermagem deve se preocupar em realizar o rastreamento e a promoção de saúde a todas os indivíduos, independentemente de cor, raça, ou classe social, seguindo os princípios do SUS de universalidade e equidade. Porém, enfermagem deve priorizar a inclusão para garantir que todos os indivíduos, independentemente de suas limitações ou deficiências, tenham acesso a cuidados de saúde de alta qualidade. Logo, não o fazer estaria em contradição direta com os objetivos da profissão de enfermagem, que incluem a prestação de cuidados compassivos e equitativos a todos os pacientes²².

Conclusão

O presente estudo atendeu ao objetivo proposto, entregando a população por meio deste, o desenvolvimento de um planejamento familiar de qualidade, consequentemente introduzindo a população métodos conceptivos e contraceptivos, focando na contracepção, foi apresentado todos os métodos de maneira sucinta, desenvolvendo o estudo com base na mudança da nova Lei n.º 14.443, que respalda o indivíduo de 21 anos a fazer a cirurgia de ligadura tubária ou a vasectomia. Desta forma, foi também exposto no artigo pontos positivos e negativos das mudanças propostas e como elas podem impactar na saúde e educação da população.

Visto que a utilização de preservativos é um método mais visto como prevenção de gravidez, fazendo com que a população se esqueça da transmissão de ISTs, pode-se citar o índice de mortalidade e natalidade pois estão intrinsicamente ligados à essas cirurgias, e o controle eficaz planejamento, devido a ligadura e a vasectomia serem "em tese" irreversíveis. Podemos observar, perante o texto, o desfalque na educação e saúde, seja pela falta de interesse da população ou pela negligência da atenção básica.

O artigo procurou impulsionar os profissionais de saúde, principalmente o profissional enfermeiro, para que haja maior entendimento na identificação de ISTs, na montagem e atendimento a famílias que procuram o planejamento familiar, sabendo identificar os melhores métodos, visando a economia, região e meio social em que a família vive. Desta maneira, a atenção em saúde pode reaproximar a população, reestruturando a saúde frente ao planejamento familiar, ganhando assim a confiança das famílias envolvidas.



Portanto, conclui-se que o estudo aqui exposto, traz para a sociedade informações relevantes sobre o próprio corpo, leis visando o planejamento familiar e infecções sexualmente transmissíveis com enfoque na saúde íntima tanto masculina, quanto feminina. Assim, propondo o autoconhecimento e a expansão das fronteiras em educação e saúde através da equipe de enfermagem, evitando, assim, problemas e agravos futuros como os citados ao longo do estudo.

Referências

1. Bodra MEA, Dallari SG. A saúde e a iniciativa privada na Constituição Federal de 1988: princípios jurídicos. *Rev Direito Sanit.* 2020;20(3):240-60.
2. Wagner C, Bueno MS. A (in)constitucionalidade do art. 10 da Lei n. 9.263/96 à luz do direito de escolha da mulher. *Acad Direito.* 2022;4:1246-63.
3. Almeida LC. Métodos contraceptivos: uma revisão bibliográfica [Trabalho de Conclusão de Curso]. Contagem (MG): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina/NESCON; 2010.
4. Cunha BAG. O direito ao próprio corpo no procedimento de laqueadura como expressão do livre desenvolvimento da personalidade e autonomia privada. 2022. 137 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2023. <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.7025>.
5. Santos Júnior HS, et al. Planejamento Reprodutivo: perfil de adesão aos métodos contraceptivos. *Braz J Health Rev.* 2020;3(5):14996-15010.
6. Moraes SP, Vitale MSSS. Educação em saúde e direitos sexuais e reprodutivos na adolescência. Maringá (PR): Uniedusul; 2021.
7. Souza MT, Silva MD, Carvalho R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo).* 2010;8(1 Pt 1):102-6.
8. Melnyk BM, Fineout-Overholt E. Evidence-based practice in nursing & healthcare: a guide to best practice. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins; 2005.
9. Galvão TF, Pansani TSA, Harad D. Principais itens para relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiol Serv Saude.* 2015;24(2):335-42.
10. Alvim D, et al. Mudanças legais no processo de esterilização feminina: os novos dilemas éticos envolvendo a laqueadura. *Rev Bioética CREMEGO.* 2022;4(2):20-3.
11. Rodrigues TA, Kamimura QP, De Oliveira AL. Legalização do aborto no Brasil: pleno exercício dos direitos humanos da mulher – impacto no desenvolvimento regional. *Braz J Dev.* 2021;7(3):31414-37.
12. Toqueton TR, et al. Planejamento familiar e o impacto da laqueadura na taxa de natalidade no Brasil: uma revisão sistemática. *Braz J Dev.* 2022;8(10):66685-97.
13. Bomfim VVBS, et al. Mortalidade por aborto no Brasil: Perfil e evolução de 2000 a 2020. *Res Soc Dev.* 2021;10(7):e49910716866.
14. Ribeiro RAB, Meira ECL, Lopes ER, Duarte AGG, Cyrino CMS. Abstinência alcoólica do recém-nascido: características físicas e comportamentais. *Glob Clin Res.* 2021;1(1):e10. DOI: 10.5935/2763-8847.20210010
15. Maia MAG, et al. O abortamento ilegal e sua relação com o abandono infantil no Brasil: discutindo à luz da obra de Gabriel O Pensador. *ID on Line Rev Psicol.* 2022;16(60):297-315.
16. Fernandes P, Almeida MFD. O uso de preservativos na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis. *An Congr Nac Univ EAD Softw Livre.* 2022.
17. Silva DL, Júnior DGA, Silva JA, da Silva PRR. Estratégias de prevenção a IST realizadas por enfermeiros na atenção primária à saúde: uma revisão integrativa. *Braz J Health Rev.* 2021;4(2):4028-44. DOI: 10.34119/bjhrv4n2-004.
18. Machado ICP, et al. A negligência no uso de preservativo e a exposição ao risco de infecções sexualmente transmissíveis no ensino superior: um paradoxo entre informações e práticas. *Braz J Dev.* 2019;5(11):24358-72.
19. Carvalho KF, Costa LMO, França RF. A relação entre HPV e Câncer de Colo de Útero: um panorama a partir da produção bibliográfica da área. *Rev Saúde Foco.* 2019;(11).
20. Almeida LCG, et al. Bonde universitário: ações de prevenção das infecções sexualmente transmissíveis: um relato de experiência. *Rev Eletr Acervo Saúde.* 2020;12(6):e3268.
21. Dutra MS. Aprimoramento do aconselhamento pré e pós-teste HIV/sífilis/hepatite B e C na atenção básica de saúde de Betim [Trabalho de conclusão de curso]. Belo Horizonte: Escola de Saúde Pública de Minas Gerais; 2020.
22. Silveira CMB, et al. Atuação da equipe de enfermagem frente à prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama: uma revisão integrativa. *Braz J Dev.* 2021;7(7):72233-48.
23. Rezende GFM, Dittrich A. Argumentos sobre a descriminalização do aborto no Brasil sob a ótica da análise de consequências. *Perspect Anal Comport.* 2022;13(1):247-70.
24. Dittrich A. Direitos humanos: por que analistas do comportamento deveriam se importar? *Perspectivas.* 2022;Ed.Especial:86-101. doi:10.18761/VEEM.0079
25. Maia JS, Santos CEF, Grespan JF, Pereira IM, Bruno JNS. A percepção do puerpério atrás das grades. *Glob AcadNurs.* 2021;2(1):e69. <https://doi.org/10.5935/2675-5602.20200069>

